



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Exceção de suspeição nº 197815-8 - Comarca do Recife

Excipientes: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catende e outros.

Excepcionado: Exmo. Sr. Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.

5684

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. DESEMBARGADOR. INEXISTÊNCIA DE CAUSA FUNDADA. MERA INSATISFAÇÃO. INAFASTABILIDADE DO RELATOR NATURAL. REJEIÇÃO. 1. A exceção de suspeição se presta para assegurar um dos pressupostos jurisdicionais fundamentais, no caso a imparcialidade do magistrado, cujas causas se encontram exauridas no art. 135 do CPC, cujo rol é taxativo e não admite ampliação. 2. O vocábulo indica que a suspeição deve fundar-se em motivos que inspirem receio de o juiz julgar sem imparcialidade ou isenção de ânimo, exigindo a comprovação de sentimento pessoal como ódio, rancor ou amizade estreita, hipótese em que o juiz perde a imparcialidade e, por isso mesmo, fica impossibilitado de julgar com a isenção que dele se espera. 3. Os argumentos genéricos postos pelos excipientes estão desprovidos de qualquer prova convincente, mesmo indiciária, do que alegado como fundamento do pedido, de modo que insuficientes para que se possa excluir o excepto da presidência do recurso em referência, na qualidade de seu relator natural, por suspeição. 4. Precedentes da Corte Especial do TJPE citados. 5. Exceção de suspeição rejeitada por decisão uniforme.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de exceção de suspeição nº 197815-8, acima referenciados, **ACÓRDÃO** os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em rejeitar-lhe, nos termos da ementa supra, dos votos, da resenha e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



221

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial

Relatório Desembargador Ricardo Paes Barreto

Exceção de suspeição nº 197815-8 - Comarca do Recife

Excipientes: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catende e outros.

Excepcionado: Exmo. Sr. Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.

RELATÓRIO

Como relatório adoto o do parecer da Douta Procuradoria de Justiça fls. 281, que leio, acrescentando que ao final se opinou pela rejeição da exceção de suspeição, vindo-me em seguida os autos conclusos.

É o relatório.

Recife, 17 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



222

238
m

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Procurador Geral

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 0197815-8

CORTE ESPECIAL

RELATOR: DES. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO

EXCIPIENTE: SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE CATENTE E OUTROS

EXCEPTO: DES. FRANCISCO EDUARDO GONÇALVES SERTÓRIO CANTO

PARECER

Trata-se de EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO argüida pelo SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE CATENTE E OUTROS, já qualificados, alegando a parcialidade do Desembargador FRANCISCO EDUARDO GONÇALVES SERTÓRIO CANTO para funcionar como Relator no Agravo de Instrumento número 159230-1, invocando o inciso V do art. 135 do Código de Processo Civil, ao argumento de relação profissional entre um filho do excepto, o advogado Guilherme P. L. E Sertório Canto e um irmão do juiz monocrático prolator da decisão agravada, o advogado Rodrigo Cahu Beltrão, e, ainda, que o referido filho do excepto, juntamente como o Dr. Rodrigo Beltrão, advogam para a empresa Una Açúcar e Energia LTDA., que tem negócios conflitantes com a Massa Falida Agravante.

In casu, a suspeição alegada diz respeito à insegurança dos excipientes quanto à isenção e à imparcialidade do excepto.

Manifestando-se quanto à alegada suspeição, o excepto negou a ocorrência de qualquer fato ou circunstância que o levasse a aceitar a suspeição suscitada.

Por fim, na forma do art. 133, parágrafo único, c/c o art. 134, § 2º, do Regimento Interno do TJ/PE, foram os autos encaminhados a esta Procuradoria Geral de Justiça.

Assim relatados, opino.

O Código de Processo Civil, em seu art. 135, estabelece quais as situações que ensejam a suspeição do juiz.

Diz o referido dispositivo legal:

Art. 135 - Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I-amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II-alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau;

III-herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

IV-receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo, aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;

V-interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Apreciando os presentes autos, percebe-se que os motivos indicados pelos excipientes para argüir a suspeição do Desembargador FRANCISCO EDUARDO GONÇALVES SERTÓRIO CANTO não se enquadram em nenhuma das hipóteses previstas em lei.

A toda evidência, nessas circunstâncias, não há como se acolher a exceção, pois, a arguição não se insere no elenco do art. 135 do CPC.

No caso dos autos, a versão apresentada pelo excipiente apresenta-se desprovida de qualquer prova do alegado.

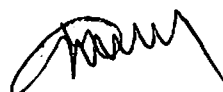
Discorrendo sobre o tema, HUMBERTO THEODORO JUNIOR assinala: *"Por importar afastamento do magistrado do exercício da jurisdição e envolver matéria de ordem moral e de alta relevância, que pode afligir a pessoa do suspetado e suscitar até menosprezo à própria dignidade da justiça para acolhimento da exceção de suspeição é indispensável prova indubitosa"* (in Curso de Direito Processual Civil - vol I / 20ª edição, p. 386).

Na hipótese em análise além da absoluta ausência de prova, observa-se que a situação descrita não implica no impedimento ou na suspeição do magistrado.

Sobre a matéria vale registrar, ainda, o seguinte julgado:

Processo Civil. Exceção de Suspeição. A suspeição argüida contra o juiz deve vir com um mínimo de prova, senão tem a finalidade de intimidar o magistrado que age dentro dos padrões da dignidade, imparcialidade e honradez. A inexistência de fundamentos leva a se entender pelo arquivamento e a tomada de medidas ante a reiterada conduta do causídico. Decisão por unanimidade. (TJPE - 4ª Câmara Cível / Exceção de Suspeição nº 42077-1, rel. Des. Ivonaldo Miranda, j. 09.10.98 - DPJ nº 220 de 26.11.98).

Assim, cuido que a exceção deve ser rejeitada, pois, a alegação de suspeição imposta contra o magistrado deverá se fundar em uma das hipóteses taxativamente previstas. As normas processuais que dispõem sobre impedimento e suspeição são inflexíveis, não admitindo exceção para alcançar situações análogas.



Ainda discorrendo sobre as exceções de impedimento e de suspeição, HUMBERTO THEODORO JUNIOR assinala: "A petição deverá especificar o motivo da recusa, que deve ser um dos previstos nos arts. 134 e 135, pois a enumeração legal é taxativa" (in Curso de Direito Processual Civil - vol I / 20ª edição, p. 386).

A respeito do tema, vale transcrever os seguintes julgados:

"São taxativas as hipóteses de suspeição previstas no art. 135 do CPC" (STJ -2ª Turma, RESP 36390-SP, rel. Min. Ademar Maciel, j. 7.4.97, negaram provimento, v.u. DJU 5.5.97, P. 17.018)

"Exceção. Suspeição. Fatos invocados que não configuram quaisquer das hipóteses previstas no art. 135 do CPC. Exceção rejeitada" (RJTJESP, 96:401)

A suspeição haverá de se fundar, obrigatoriamente, em um dos motivos enumerados expressamente no Código de Processo Civil. (RT, 499:182)


Por outro lado, mesmo admitindo que outras situações, além daquelas inseridas no art. 135 do CPC, podem ensejar a suspeita de parcialidade do julgador, entendo que, no caso dos autos, inexistiu o alegado interesse na causa.

Diante do exposto, opino pelo arquivamento da exceção.

Recife, 20 de abril de 2010.



ITABIRA DE BRITO FILHO
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA



ANA MARIA DO AMARAL MARINHO
PROMOTORA DE JUSTIÇA
ASSESSORA TÉCNICA EM MATÉRIA CÍVEL



225

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Corte Especial

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Exceção de suspeição nº 197815-8 - Comarca do Recife

Excipientes: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catende e outros.

Excepcionado: Exmo. Sr. Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto.

VOTO

Entendo ser de todo incabido o incidente manejado, senão vejamos.

É certo que a exceção de suspeição se presta para assegurar um dos pressupostos jurisdicionais fundamentais, no caso a imparcialidade do magistrado.

No entanto, as causas que ensejam a suspeição encontram-se exauridas no art. 135 do CPC, cujo rol é taxativo e não admite ampliação.

Com efeito, o vocábulo indica que a suspeição deve fundar-se em motivos que inspirem receio de o juiz julgar sem imparcialidade ou isenção de ânimo.

Acrescente-se ainda, por oportuno, que a suspeição exige prova inequívoca de haver sentimento pessoal como ódio, rancor ou amizade estreita, hipótese em que o juiz perde a imparcialidade e, por isso mesmo, fica impossibilitado de julgar com a isenção que dele se espera, questionamento posto genericamente pelos excipientes no caso concreto.

Quando ouvido em contraditório, o excepto negou a ocorrência de qualquer fato ou circunstância que o levasse a aceitar a suspeição suscitada, até porque desprovidos de qualquer prova convincente, mesmo indiciária, o que alegado como fundamento do pedido, de modo que insuficientes para que se possa excluí-lo da presidência do recurso em referência por suspeição.

Nesta linha os precedentes desta mesma Corte Especial, ARg 171900-2/01, julgado em 22/09/2008 e ES 192680-5, julgada em 11/01/2010.

Portanto, não havendo adequação do pedido a qualquer das hipóteses do art. 135 do CPC, senão uma arguição genérica e sem sustentação material, pautada em mera insatisfação dos exceptos incapaz de afastar o relator natural da causa, acompanho o entendimento ministerial e voto no sentido de conhecer da exceção de suspeição, porém rejeitá-la, para que o recurso então suspenso possa ter seu curso retomado regularmente e sob a presidência do excepto.

É como voto.

Recife, 17 de maio de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator